

Capacidade de transporte de bicicletas nos barcos vai triplicar

Ainda este ano, a frota da Soflusa e da Transtejo vai conseguir aumentar a capacidade, respondendo a um anseio dos utilizadores destes duas empresas de transporte fluvial

Estuário do Tejo Abel Coentrão

As embarcações que garantem a ligação entre os concelhos das duas margens do Tejo vão disponibilizar, até ao final deste ano, cerca de 300 lugares para pessoas que viajam acompanhadas da respectiva bicicleta. O número quase duplica a capacidade existente, e esta vai ainda quase triplicar, nos próximos anos, com os 200 lugares que os dez navios que estão em fase de aquisição terão de incluir logo à partida.

A novidade foi avançada pelo secretário de Estado dos Transportes, José Mendes, numa reunião com o Conselho Consultivo para a Mobilidade Sustentável da Federação Portuguesa

de Cicloturismo e Utilizadores de Bicicleta (FPCUB). E é uma resposta da tutela a um incremento, notório, de utentes dos navios que transportam, também, a bicicleta. Segundo Filipe Beja, deste organismo da FPCUB, os 173 lugares existentes – e que, tirando os 60 lugares dos dois *ferry-boats* da frota, se distribuem em números pouco expressivos pelas restantes embarcações – não chegam para as necessidades. E há até, diz, clientes que combinam entre si o horário em que viajam para garantirem um lugar para a “bicla” a bordo.

Nesta reunião, destinada a fazer um balanço dos contributos da federação para a Estratégia Nacional para a Mobilidade Activa Ciclável (ENMAC), José Mendes detalhou mesmo os investimentos previstos, que permi-

tirão quadruplicar, por exemplo, de 4 para 16 bicicletas por navio a capacidade dos cinco cacilheiros da frota. Os catamarãs da classe Transcat, que hoje levam cinco veículos destes por viagem, passarão a ter espaço para nove. De toda a frota em operação, e para além dos *ferry Lisbonense* e *Almadense* (que garantem já 30 lugares cada um), só os catamarãs *Pedro Nunes* e *Cesário Verde* (seis por navio) não verão a oferta melhorada, neste campo. E cada um dos dez novos navios cuja aquisição está neste momento em concurso deverá ter espaço para 20 bicicletas.

José Mendes explicou ao PÚBLICO que estes projectos de adaptação dos navios não comprometem o número de passageiros transportados nem as questões de segurança e são uma pri-

meira resposta a uma necessidade que vinha sendo identificada por utentes, empresas e pela tutela. O secretário de Estado adiantou ainda que mesmo o concurso que está a decorrer, e que impõe 20 lugares para bicicletas em cada um dos dez novos navios da Transtejo – o que representa 5% da capacidade de transporte de passageiros de cada um deles – prevê ainda alguma flexibilidade para aumento de capacidade.

Mais transporte de bicicletas

A ENMAC assume que a articulação da bicicleta com os restantes modos de transporte público é condição obrigatória para um aumento da utilização daquela como um meio de deslocação quotidiano em meio urbano, nas distâncias em que o modo

pedonal não se afigura competitivo e em que urge diminuir a pressão do automóvel do espaço público e as emissões de CO2 que lhe estão associadas. A FPCUB defende, por isso, que mais bicicletas possam ser transportadas em autocarros e comboios – o que exige a adaptação, também, deste tipo de veículos –, mas José Mendes assinala também que é preciso que os municípios invistam em estruturas para estacionamento – os bicicletários – em interfaces de transportes, para facilitar a vida a quem pedala até à estação ou paragem.

No encontro foram também discutidas medidas de incentivo à utilização da bicicleta, com José Mendes a defender que, nos sistemas de mobilidade partilhada, a utilização deve ser tendencialmente gratuita na primeira hora, para incentivar uma utilização em massa, como já vai vindo em Lisboa. O secretário de Estado, ele próprio um cliente das Gira, considera que os 45 minutos de gratuidade oferecidos na capital fazem todo o sentido e considera que, no próximo quadro comunitário, o país deve propor à União Europeia o apoio financeiro à disseminação destes sistemas noutras cidades, pelo impacto que isso pode ter na diminuição de emissões no sector dos transportes. E, na perspectiva de Mendes, a aprovação de qualquer candidatura deveria estar vinculada a um modelo sem cobrança na primeira hora.

A FPCUB considerou urgente, também, a aprovação de incentivos directos aos cidadãos que optem por fazer percursos casa-trabalho a pedalar, semelhantes aos que já estão a ser testados noutras cidades europeias. “Estamos a falar de algo como 19 centimos por quilómetro. O custo que isso poderia ter para o Orçamento do Estado não seria tão grande assim e os efeitos em áreas como a da despesa nacional com saúde seriam muito positivos”, assinala, em declarações ao PÚBLICO, Filipe Beja, acreditando que um sistema de incentivos poderia ser mais bem recebido pelas pessoas do que outros que, por exemplo, penalizem sobretudo a utilização do automóvel.



Os projectos de adaptação dos navios às bicicletas não irão comprometer o número de passageiros transportados